

**UMA INTERPRETAÇÃO DO FENÔMENO DA DEPENDÊNCIA NA TRAJETÓRIA
ECONÔMICA BRASILEIRA (1930-1961)**

***UNA INTERPRETACIÓN DEL FENÓMENO DE LA DEPENDENCIA EN LA
TRAYECTORIA ECONÓMICA BRASILEÑA (1930–1961)***

***AN INTERPRETATION OF THE PHENOMENON OF DEPENDENCE IN BRAZILIAN
ECONOMIC TRAJECTORY (1930-1961)***



Maria Eduarda Mota GUIMARÃES¹
e-mail: guimaraes.mariamota@gmail.com

Como referenciar este artigo:

GUIMARÃES, Maria Eduarda Mota. Uma interpretação do fenômeno da dependência na trajetória econômica brasileira (1930-1961). **Rev. Iniciativa Econômica**, Araraquara, v. 11, n. 00, e025006, 2025. e-ISSN: 2358-5951. DOI: 10.64997/2358-5951-19958



| Submetido em: 27/01/2025
| Revisões requeridas em: 29/01/2025
| Aprovado em: 17/06/2025
| Publicado em: 23/12/2025

Editor: Prof. Dr. Gustavo Pereira Serra

¹ Fundação Hermínio Ometto (FHO), Araras – SP – Brasil. Graduada em Ciências Econômicas.

RESUMO: A discussão sobre o desenvolvimento da economia brasileira é um tema que ganhou grande espaço nos debates do século XX. Alguns dos precursores neste debate foram os teóricos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). O enfoque deste artigo é realizar uma investigação crítica do período de 1930 a 1961, abrangendo o processo de substituição de importações até a implementação do Plano de Metas. Este trabalho tem como objetivo explicar o processo de industrialização e a condição de dependência, portanto, para realizar este estudo foram utilizadas algumas obras e teorias para interpretar este processo, as teorias produzidas pela CEPAL, a tese d'O capitalismo tardio e a Teoria Marxista da Dependência (TMD).

PALAVRAS-CHAVE: Dependência econômica. Industrialização. Economia brasileira.

CLASSIFICAÇÃO JEL: N16, O54, F54.

RESUMEN: La discusión sobre el desarrollo de la economía brasileña es un tema que adquirió gran relevancia en los debates del siglo XX. Algunos de los precursores de este debate fueron los teóricos de la Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL). El enfoque de este artículo es realizar una investigación crítica del período comprendido entre 1930 y 1961, abarcando el proceso de sustitución de importaciones hasta la implementación del Plan de Metas. Este trabajo tiene como objetivo explicar el proceso de industrialización y la condición de dependencia; por lo tanto, para llevar a cabo este estudio se utilizaron diversas obras y marcos teóricos para interpretar dicho proceso, entre ellos las teorías desarrolladas por la CEPAL, la tesis de El capitalismo tardío y la Teoría Marxista de la Dependencia (TMD).

PALABRAS CLAVE: Dependencia económica. Industrialización. Economía brasileña.

CLASIFICACIÓN JEL: N16, O54, F54.

ABSTRACT: The discussion on the development of the Brazilian economy is a topic that gained a lot of ground in the debates of the 20th century. Some of the forerunners in this debate were the theoreticians of the Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC). The focus of this article is to carry out a critical investigation of the period from 1930 to 1961, covering the import substitution process up to the implementation of the Metas Plan. The aim of this work is to explain the process of industrialization and the condition of dependence. Therefore, in order to carry out this study, some works and theories were used to interpret this process, the theories produced by ECLAC, the thesis of Late Capitalism and the Marxist Theory of Dependence (TMD).

KEYWORDS: Economic dependency. Industrialization. Brazilian economy.

JEL CLASSIFICATION: N16, O54, F54.

Introdução

A história da economia brasileira desde sua inserção no sistema-mundo foi construída a partir de uma relação de dependência. Segundo Marini (1990), a América Latina relaciona-se com os países europeus a partir de uma estrutura definida: a divisão internacional do trabalho é a partir dessa estrutura que se configura a dependência dos países latino-americanos. Diante disso, será realizado um breve estudo da economia brasileira, mais especificamente, como se dá a relação entre industrialização e dependência, sob a luz de algumas teorias que buscaram interpretar o Brasil.

A Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), assim como outros teóricos, interpreta o subdesenvolvimento da economia brasileira como uma condição estrutural, herdada da colonização. Após 1950, com a iminência da Revolução Cubana, a esquerda latino-americana desenvolve novas formas de interpretar a sua realidade. A Teoria Marxista da Dependência (TMD) emerge dessa nova perspectiva e busca explicar a contradição que atravessa a relação existente entre as economias latino-americanas e as economias desenvolvidas.

Desde a década de 1990, com a crescente onda neoliberal, algumas teorias vêm sendo revisitadas, como é o caso da Teoria Marxista da Dependência. De acordo com Carcanholo (2013), as economias dependentes conseguem uma margem de manobra maior para atenuar sua condição de dependência quando o cenário externo é favorável. No entanto, quando há, por exemplo, uma crise mundial, a condição de dependência é agravada.

A presente pesquisa coloca-se como relevante, pois revisar essas teorias permite uma maior compreensão sobre a realidade econômica contemporânea, possibilitando encontrar na história soluções para os desafios que o país enfrenta atualmente.

O referencial teórico divide-se em três partes: a dinâmica da economia primário-exportadora brasileira, com o objetivo de explicar a estrutura dependente constituída pela exportação de produtos primários, que submete a economia interna às oscilações dos preços no mercado internacional; a análise geral do processo de industrialização periférico brasileiro desde seu surgimento; e, por fim, a exposição dos limites do processo de industrialização em uma economia do tipo periférica.

Objetivos

O artigo tem como objetivo explorar a relação entre o processo de industrialização e a condição de dependência econômica. Por meio de uma revisão bibliográfica detalhada, a reflexão concentra-se no período de 1930 a 1961. A escolha desse recorte temporal abrange o início da industrialização brasileira e culmina na implementação da indústria pesada no país, com o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek, considerado um marco da industrialização no Brasil.

Para alcançar o objetivo principal, foram definidos os seguintes objetivos específicos: explicar a dependência econômica pelo enfoque da CEPAL, revisando sua abordagem em relação à economia brasileira e utilizando sua interpretação sobre a relação entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, destacando como essa relação afeta o desenvolvimento econômico brasileiro; aplicar a Teoria Marxista da Dependência para compreender as relações de dependência entre economias periféricas e centrais, demonstrando como essas relações geram desigualdades estruturais que sustentam a acumulação de capital nas nações desenvolvidas; e explorar a tese de “O Capitalismo Tardio”, analisando suas contribuições para o entendimento do desenvolvimento industrial e os limites do desenvolvimento em um capitalismo de tipo tardio.

Referencial Teórico

A discussão sobre a dependência da economia brasileira foi amplamente explorada ao longo do século XX, com diversos autores e teorias dedicando-se a compreender a dinâmica que rege a economia do país. A CEPAL destacou-se como uma das precursoras no debate sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento dos países da América Latina, oferecendo interpretações fundamentais sobre as relações entre os países ditos periféricos e os países centrais. Essas interpretações deram origem a outras teorias, que buscaram, de diferentes maneiras, complementar ou contestar essa visão. A Teoria Marxista da Dependência (TMD), por exemplo, utilizou das bases cepalinas e do marxismo para formular uma crítica ao processo de industrialização, elaborando um contraponto às propostas de superação apresentadas pelos autores cepalinos. Já a tese do “Capitalismo Tardio” — também associada à chamada “Escola da Unicamp” —, embora parta de uma posição inspirada na CEPAL, propõe uma interpretação distinta sobre o surgimento e o desenvolvimento do modo de produção capitalista nas economias periféricas.

Economia Primário-Exportadora

A forma como a economia brasileira foi inserida no sistema-mundo foi como uma economia primário-exportadora. De acordo com Mello (1984, p. 31) “[...] o surgimento das economias exportadoras organizadas com trabalho assalariado deve ser entendido como o nascimento do capitalismo na América Latina”. Assim, torna-se necessário compreender a origem do capitalismo no Brasil, pois é a partir desse contexto que se estabelece a condição de dependência econômica do país.

De acordo com Suzigan (1986), as teorias cepalinas dividem o mundo com base no padrão de comércio exterior entre os países do centro, países desenvolvidos produtores de bens manufaturados e os países da periferia, países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos, produtores de bens primários.

A economia brasileira nasce para suprir as demandas da metrópole, desenvolvendo a princípio uma economia de caráter primário-exportadora. O país produzia produtos agrícolas e exportava estes para a metrópole, o que subordinou a economia brasileira a desenvolver uma dependência dos países desenvolvidos; esse padrão impediu o desenvolvimento de um crescimento endógeno e diversificado, priorizando a exportação de matérias-primas e produtos primários (Suzigan, 1986).

Assim, o padrão de crescimento das economias subdesenvolvidas era “voltado para fora”, pois o “centro de decisão” da economia desses países pertencia aos países do centro, o que os caracterizava como economias “reflexas e dependentes”. Para superar essa fase seria necessário adotar um novo padrão de crescimento, “voltado para dentro”, que somente seria viável por meio da industrialização, tornando possível o desenvolvimento de um capitalismo similar ao dos países centrais (Suzigan, 1986).

Tavares (2000) explica que a problemática do desenvolvimento “para fora” está diretamente associada à divisão internacional do trabalho, imposta pelo processo de desenvolvimento das economias centrais, em conjunto com a divisão social do trabalho, que apresentava características distintas daquelas observadas nos países centrais. Suzigan (1986) explica que essa divisão impôs aos países periféricos a especialização na produção de produtos primários para exportação aos países do centro.

A interpretação desenvolvida por Raúl Prebisch considera que a relação entre o centro e a periferia era resultado histórico da maneira como se propagou o progresso técnico na economia mundial. Segundo a divisão internacional do trabalho, o progresso técnico do centro se distribuiria para os países periféricos, dado o baixo preço dos produtos manufaturados. Dessa

forma, os produtos primários da periferia teriam um maior poder de compra, conforme a evolução da técnica nos centros (Couto, 2007).

Prebisch desmente essa distribuição do progresso técnico, afirmando que desde o final do século XIX, os preços dos produtos primários foram se deteriorando em relação aos preços dos produtos manufaturados, concluindo que os frutos do progresso técnico não estavam sendo absorvidos pelos países da periferia (Couto, 2007).

A teoria da deterioração dos termos de troca, levantada por Raúl Prebisch, explica que, durante ciclos internacionais de recessão, a queda nos preços dos produtos primários era mais acentuada do que sua elevação na fase ascendente. Em contraste, os produtos manufaturados dos países centrais apresentavam uma maior rigidez de preços. Prebisch acrescenta ainda outro fator a essa deterioração: a elasticidade-renda da demanda, à medida que a renda cresce, a demanda relativa por bens primários diminui, enquanto a demanda por bens industriais aumenta. Esses dois fatores contribuíam para que o desequilíbrio na balança de pagamentos fosse uma condição constante (Couto, 2007).

Nos países latino-americanos, o setor exportador representava o núcleo dinâmico de toda a economia. O desenvolvimento desse setor deu lugar a um processo de urbanização, no qual se estabeleceram indústrias voltadas para o consumo interno, as quais eram consideradas de baixo nível de produtividade. No entanto, é importante ressaltar que essa atividade industrial limitada — em conjunto com o setor agrícola de subsistência — não era capaz de gerar um dinamismo econômico próprio. Como já mencionado anteriormente, o crescimento econômico permanecia vinculado à demanda externa por produtos primários, o que resultava no caráter eminentemente dependente e reflexo das economias periféricas (Tavares, 1972).

Nos países centrais, a importação desempenhava o papel de suprir as necessidades de alimentos e matérias-primas que não eram produzidos internamente, uma vez que esses países não possuíam recursos naturais necessários para que a produção de tais bens fosse suficientemente capaz de satisfazer suas necessidades. Diferentemente das economias de centro, nas economias latino-americanas a importação deveria cobrir faixas inteiras de bens de consumo, assim como suprir o total de bens de capital necessários ao processo de investimento induzido pelo crescimento exógeno da renda.

A Teoria Marxista da Dependência (TMD) surge como um contraponto à ideia cepalina de que seria possível superar a etapa da dependência econômica do capitalismo latino-americano por meio do processo de industrialização. Marini (1990) confronta essa ideia ao afirmar que, a industrialização latino-americana — diferentemente das economias clássica —

não cria sua própria demanda, ela nasce para atender a uma demanda pré-existente, e que, portanto, sua estrutura baseia-se nas exigências de mercado que derivam dos países avançados.

Para Marini (1990), o desenvolvimento da grande indústria moderna só foi possível devido à relação entre os países centrais e os países dependentes. No caso da industrialização europeia, a simples produção agrícola interna teria impedido a especialização produtiva industrial. Dessa forma, essa especialização não teria ocorrido se estes não contassem com os meios de subsistência de origem agropecuária fornecidos pelos países latino-americanos.

Além disso, a participação da América Latina também contribuiu para a acumulação na economia industrial, de forma que a acumulação passou a depender mais do aumento da capacidade produtiva — mais-valia relativa — do que da exploração do trabalhador por meio do prolongamento da jornada de trabalho — mais-valia absoluta. No entanto, a mais-valia relativa está intimamente ligada à desvalorização dos bens-salário, o que representa outro aspecto relevante para a debilidade da economia latino-americana (Marini, 1990).

Com o aumento da capacidade produtiva, o capitalista consegue reduzir o valor de sua mercadoria em relação ao valor atribuído pelas condições gerais de produção, conseguindo, assim, aumentar sua mais-valia em comparação com outros capitalistas. Esse processo é denominado de mais-valia extraordinária (Marini, 1990).

De acordo com Marini (1990), a condição de dependência das economias latino-americanas — particularmente no caso brasileiro — ocorre por meio da apropriação de uma parte de mais valor produzido nas economias periféricas pelas economias centrais, o que promove um aumento na acumulação de capital para estas; esse conceito é conhecido como Troca Desigual.

Esse processo ocorre devido ao barateamento dos preços dos produtos primários exportados para a metrópole; isto posto, há uma desvalorização da taxa de lucro. Para compensar a transferência de mais-valia, os capitalistas dos países dependentes encontram-se obrigados a superexplorar a força de trabalho (Marini, 1990).

Ele ainda explica que a superexploração da força de trabalho consiste em negar ao trabalhador as condições mínimas necessárias para repor o desgaste de sua força de trabalho. Em linhas gerais, isso acontece por dois motivos: primeiro, o trabalhador é obrigado a dispender de uma força de trabalho superior àquela que seria naturalmente proporcionada, provocando seu esgotamento prematuro de sua capacidade laboral; e segundo, é negado ao trabalhador até mesmo o consumo dos bens indispensáveis para manter sua força de trabalho em condições normais, comprometendo sua reprodução física e social (Marini, 1990).

O desenvolvimento da economia mercantil na América Latina estava marcado por uma profunda contradição, embora a economia latino-americana contribuísse para a acumulação de capital nos países centrais, os países da região não eram capazes de acumular capital nos mesmos moldes que os capitalistas das economias centrais europeias. Essa limitação fez com que os capitalistas das economias dependentes passassem a acumular capital mediante à superexploração da força de trabalho como forma de acumulação. Segundo Marini (1990), é nessa contradição que se encontra a essência da dependência latino-americana.

Industrialização periférica

A CEPAL defendia que a industrialização era um meio para superar a dependência. Durante as crises, o setor agroexportador era impactado por choques de demanda, o que levava a economia a se voltar para o mercado interno. Portanto, para reverter o padrão de crescimento “para fora”, as economias periféricas deveriam aproveitar esses momentos de crises externas.

Com base nessa concepção, os autores cepalinos utilizam o período da Primeira Guerra Mundial e da crise de 1930 como fundamento para a Teoria dos Choques Adversos. De acordo com essa teoria, as recessões econômicas provocam mudanças na balança comercial devido à queda nas exportações de bens primários, o que causa desvalorização cambial. Conjuntamente, a elevação dos preços dos produtos importados amplia a demanda pela produção interna, o que estimula o crescimento da indústria brasileira a partir da ocupação de sua capacidade ociosa.

Segundo Furtado (1959), o sistema industrial nos anos 1930 não era capaz de gerar um dinamismo próprio, de modo que o ritmo da atividade econômica permanecia subordinado às condições externas. A crise de 1930 fez os países centrais reduzirem sua demanda por produtos primários, o que diminuiu a entrada de moeda estrangeira na economia e desencadeou uma desvalorização cambial. Como resultado direto, os preços dos produtos importados aumentaram, levando a população a redirecionar seu consumo para o mercado interno. Esse movimento pressionou a produção doméstica a expandir-se para atender à demanda interna. No entanto, essa transição não ocorreu de forma autônoma (Furtado, 1959).

Tavares (2000) defende que a crise do café pode ser vista como o ponto de ruptura do modelo primário-exportador. O desequilíbrio externo gerado pela crise levou grande parte dos governos a adotarem diversas medidas para conter os impactos no mercado internacional, como restrições e controles sobre importações, elevação da taxa de câmbio e iniciativas de compra de excedentes ou financiamento de estoques. O processo de industrialização que se desenvolve

nesse período encontra suporte na manutenção da renda interna, resultante das políticas implementadas para mitigar os efeitos da crise (Tavares, 2000).

A economia cafeeira brasileira atingia altos níveis de produção no final da década de 1920 e iria alcançar o seu apogeu em 1933. De forma contraditória, esse período de prosperidade coincide com a crise de Nova Iorque em 1929, marcando um contexto adverso, pois o momento de maior produção da economia brasileira ocorre simultaneamente ao ponto mais crítico da depressão econômica global (Furtado, 1959).

Como efeito da crise, os preços internacionais dos produtos primários — entre eles, o café — registraram queda. Nesse contexto, tornou-se impraticável obter crédito externo para financiar a retenção dos estoques. A solução encontrada foi recorrer ao mecanismo clássico de defesa por meio da taxa cambial. Nos países de renda elevada, o consumo de café não apresentou queda significativa; a redução dos preços foi impulsionada pelo lado da oferta, devido à elevada produção do grão (Furtado, 1959).

Portanto, era fundamental evitar que o grande volume de estoque acumulado pressionasse ainda mais a desvalorização do preço do café. Para isso, tornou-se necessário financiar a retenção desses estoques com recursos obtidos internamente para conter os prejuízos foi necessário adotar a expansão de crédito. Ainda assim, retirar a produção de café do mercado mostrou-se insuficiente; era evidente que o excedente acumulado não poderia ser comercializado em um prazo razoável. A única solução viável para esse problema foi a destruição dos excedentes de café (Furtado, 1959).

A política de defesa do café contribuiu para a estabilidade da demanda efetiva e do nível de emprego em outros setores da economia. Contudo, essa mesma política gerou um desequilíbrio externo, cuja correção era realizada às custas de uma significativa desvalorização do poder aquisitivo da moeda, o que resultava, consequentemente, no aumento dos preços dos produtos importados (Furtado, 1959).

Toda essa conjuntura conferiu maior relevância ao mercado interno, pois à medida que a demanda interna crescia mais rapidamente do que a externa, o setor interno foi impulsionado a aumentar sua produção. Outro aspecto significativo foi a maior viabilidade de investimento no setor interno em comparação ao setor exportador. Assim, configurou-se uma nova dinâmica na economia brasileira, marcada pela predominância do setor interno no processo de formação de capital (Furtado, 1959).

Todavia, o setor interno enfrentava limitações para ampliar sua produção, especialmente no setor industrial, que dependia da importação de equipamentos. Essa dificuldade foi agravada

pelo encarecimento desses bens em razão da desvalorização da moeda no mercado externo. Ainda assim, esse período foi marcado pelo maior aproveitamento já registrado da capacidade industrial instalada no país (Furtado, 1959).

Furtado (1959, p. 207) explica as dificuldades de implementar uma indústria de bens de capital em uma economia dependente:

O crescimento da procura de bens de capital, reflexo da expansão da produção para o mercado interno, e a forte elevação dos preços de importação desses bens, acarretada pela depreciação cambial, criaram condições propícias para a instalação no país de uma indústria de bens de capital. Esse tipo de indústria encontra, por uma série de razões óbvias, sérias dificuldades para instalar-se em uma economia dependente. A procura de bens de capital coincide, nas economias desse tipo, com a expansão das exportações - fator principal do aumento da renda - e, portanto, com a euforia cambial. Por outro lado, as indústrias de bens de capital são aquelas com respeito às quais, por motivos de tamanho de mercado, os países subdesenvolvidos apresentam maiores desvantagens relativas. Somando-se essas desvantagens relativas às facilidades de importações que prevalecem nas etapas em que aumenta a procura de bens de capital, tem-se um quadro do reduzido estímulo que existe para instalar as referidas indústrias nos países de economia dependente. Ora, as condições que se criaram no Brasil nos anos trinta quebraram este círculo. A procura de bens de capital cresceu exatamente numa etapa em que as possibilidades de importação eram as mais precárias possíveis.

A análise realizada por Furtado (1959) conclui que o processo de substituição de importações, desencadeado pela crise de 1930, obrigou o mercado brasileiro a direcionar-se para a demanda interna. Nesse contexto, o país se deparou com dificuldades significativas para desenvolver a indústria de bens de capital.

Esse tema é aprofundado por Mello (1984), onde o autor examina de forma detalhada as razões que explicam os obstáculos encontrados pela economia brasileira para implementar e consolidar esse setor industrial.

Essa tese destaca as particularidades do processo de industrialização nos países periféricos e do tipo de economia industrial por ele engendrado. Segundo essa perspectiva, o desenvolvimento brasileiro configura-se como um desenvolvimento capitalista, dependendo primariamente de fatores internos e secundariamente de externos. Conforme Suzigan (1986, p. 35), “esta interpretação propõe que o crescimento industrial é resultado do processo de acumulação de capital do setor exportador, que depende da demanda externa”.

Para Mello (1984), a industrialização latino-americana configura-se como capitalista — mais precisamente como uma industrialização capitalista retardatária. É fundamental reconhecer que esse processo na América Latina apresenta características específicas,

determinadas por dois aspectos principais: o primeiro é seu ponto de partida, como uma economia primário-exportadora e o segundo é o momento em que ela acontece, já no século XX, quando a economia mundial capitalista estava consolidada e o capitalismo monopolista dominava em escala global. Desse modo, o que se desenvolve no Brasil é, efetivamente, uma industrialização capitalista retardatária (Mello, 1984).

A partir de 1933, inaugura-se uma nova fase no período de transição que se estende até 1955, caracterizada pela consolidação do processo de industrialização. Nessa etapa, a expansão industrial passa a estruturar a dinâmica de acumulação. Contudo, observa-se uma industrialização restringida — assim denominada devido à insuficiência das bases técnicas e financeiras para viabilizar a implantação efetiva de uma indústria de bens de produção. Como resultado, a acumulação industrial manteve-se dependente da capacidade de importação. Desse modo, ainda que a indústria tenha crescido nesse período, a economia brasileira permaneceu subordinada à economia mundial capitalista (Mello, 1984).

O capitalismo tardio na América Latina é influenciado pelo momento histórico do capitalismo monopolista, resultado da Segunda Revolução Industrial; isso acontece por conta da transformação tecnológica ocorrida durante essa fase. Conforme argumentado por Hobsbawm (2006 *apud* Cardoso, 2018), essas mudanças tecnológicas tiveram um impacto relevante nos países latino-americanos, pois ditavam o tipo de indústria que poderia ser implementada no continente. Além disso, a forte dependência que os países latino-americanos, sobretudo o Brasil, tinham da exportação de produtos primários, como o café, limitava seu desenvolvimento industrial, uma vez que este estava atrelado à capacidade de importar máquinas e equipamentos necessários para fomentar a indústria nacional. Esses fatores históricos, juntamente com a industrialização tardia, moldaram o desenvolvimento industrial na América Latina (Cardoso, 2018).

O desenvolvimento do capitalismo nos países retardatários apresenta um problema central: a necessidade de desenvolver o setor de bens de capital de modo a garantir a autodeterminação do capital. Diante do exposto, a estagnação econômica decorreria de investimentos que excedem os limites produtivos, gerando capacidade ociosa. Além disso, destaca-se que o estrangulamento externo deixaria de ser o principal obstáculo, uma vez que as crises passariam a ter origem interna, dependendo exclusivamente da dinâmica industrial (Cardoso, 2018).

Segundo Mello (1984), a autodeterminação do capital ocorreu no período entre 1956 e 1961, momento em que a estrutura produtiva se alterou, com salto tecnológico e a capacidade

produtiva expandiu-se frente à demanda. Previamente a esse período, a indústria brasileira era caracterizada como restringida. Nesse momento, a economia era dependente da capacidade de importar, e, conseqüentemente, ficava à mercê do cenário externo para elevar as exportações e aumentar a capacidade de importar máquinas e equipamentos, o que travava o seu desenvolvimento industrial.

Os limites da industrialização periférica

Na década de 1950, surgiram diversas correntes desenvolvimentistas que defendiam que os problemas econômicos e sociais derivavam da insuficiência do desenvolvimento capitalista, argumentando que a aceleração desse processo seria suficiente para superá-los. Contudo, a indústria latino-americana não emergiu para atender à sua própria demanda, mas sim uma demanda pré-existente, estruturando-se conforme as exigências de mercado dos países desenvolvidos (Marini, 1990).

No período pós-guerra, a América Latina encontrou facilidades para recorrer ao capital estrangeiro. Esse fenômeno decorreu do avanço da concentração de capital em escala mundial, que colocou nas mãos das corporações imperialistas recursos abundantes que demandavam aplicação no exterior. Paralelamente, desenvolveu-se intensamente o setor de bens de capital nas economias centrais, cujos equipamentos produzidos exigiam novos mercados consumidores (Marini, 1990).

Nesse contexto, as economias centrais passaram a demonstrar interesse no desenvolvimento das indústrias latino-americanas, visando criar mercados para sua indústria pesada. Desse processo resultou uma nova divisão internacional do trabalho, na qual foram transferidas para os países dependentes as etapas inferiores da produção industrial (Marini, 1990).

Marini (1990) defende que a difusão do progresso técnico na economia dependente seguirá junto a uma maior exploração do trabalhador, isso porque a acumulação continua dependendo, de forma fundamental, mais do aumento da massa de valor. Isto posto, a compressão do nível de vida dos trabalhadores passa a ser a condição necessária para a expansão da demanda criada pelas camadas que vivem da mais-valia.

Marini (1990) argumenta que a difusão do progresso técnico nas economias dependentes ocorre concomitante à intensificação da exploração trabalhista. Esse fenômeno deriva da manutenção de um padrão de acumulação que depende primordialmente do aumento da massa de valor. Isto posto, a compressão do nível de vida dos trabalhadores torna-se condição

essencial para a expansão da demanda gerada pelas camadas sociais que se apropriam da mais-valia (Marini, 1990).

Como os trabalhadores não possuíam poder de compra suficiente para sustentar a demanda por bens supérfluos, a economia industrial dependente recorria à intensificação da exploração da força de trabalho. Esse mecanismo visava financiar o consumo de bens de luxo pelas elites capitalistas e pelas camadas médias altas da sociedade. Nesse contexto, a exportação tanto de bens supérfluos quanto essenciais transformava-se na principal estratégia de uma economia estruturalmente incapaz de superar seus desequilíbrios internos. A solução proposta por Marini (1990) é a destituição do capitalismo dependente pelas vias revolucionárias.

Metodologia

Este artigo fundamenta-se em uma revisão bibliográfica crítica de natureza qualitativa, utilizando o método histórico-dialético para examinar a trajetória da economia brasileira entre 1930 e 1961. Trata-se de uma pesquisa estritamente teórica, sem incorporação de análise documental ou empírica.

A seleção das fontes priorizou autores centrais da Teoria Marxista da Dependência (TMD), incluindo obras fundacionais Marini (1990) e contribuições contemporâneas (Carcanholo, 2013; Cruz, 2018). No âmbito da CEPAL clássica, foram considerados autores referenciais (Furtado, 1959; Tavares, 1972), bem como revisões posteriores (Bielschowsky, 2000; Sampaio Junior, 1999). Para enriquecer a análise crítica, o estudo estabeleceu um diálogo com a tese do capitalismo tardio (Mello, 1984).

A investigação estruturou-se em três eixos analíticos: (3.1) a economia primário-exportadora, com foco na transição do modelo agroexportador; (3.2) a industrialização periférica, destacando as contradições inerentes ao processo de substituição de importações; e (3.3) os limites da industrialização periférica, mediante análise comparativa entre as perspectivas estruturalistas da CEPAL e a abordagem marxista da TMD. Nesta última dimensão, destacam-se os conceitos de choques adversos (Tavares, 1972), deterioração dos termos de troca (Prebisch, 1950 *apud* Couto, 2007) e superexploração do trabalho (Marini, 1990).

Quanto aos procedimentos metodológicos, adotou-se: (a) o mapeamento de obras seminais e contemporâneas; (b) a análise comparativa das matrizes teóricas; e (c) a síntese

dialética das contradições do capitalismo dependente. Cabe ressaltar que o recorte teórico privilegiou as abordagens estruturalista e marxista, não abrangendo interpretações neoclássicas ou institucionalistas sobre o desenvolvimento brasileiro.

Resultados e discussões

De modo geral, observou-se que as origens do caráter reflexo da economia brasileira — tanto em suas causas quanto em suas consequências — remetem à consolidação do capitalismo. Diversos teóricos abordaram essa questão sob perspectivas distintas, ampliando a compreensão sobre o fenômeno.

Os teóricos cepalinos defendiam que a divisão internacional do trabalho impôs aos países periféricos a especialização na produção e exportação de matérias-primas. Em contrapartida, os países centrais concentraram-se na industrialização, sem a necessidade de produzir bens de subsistência — função delegada à periferia. Essa análise evidencia a relação estrutural entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

A abordagem de “O Capitalismo Tardio” argumenta que a economia brasileira emergiu quando o capitalismo mundial já estava consolidado em sua fase monopolista e imperialista. Nesse contexto, os países centrais detinham o monopólio do progresso técnico. Consequentemente, a industrialização nos países de capitalismo tardio dependia da importação de máquinas e equipamentos das nações industrializadas, limitando sua autonomia.

Posteriormente, o progresso técnico impulsionou a industrialização brasileira e latino-americana, mas esse processo foi condicionado pelos interesses dos países centrais — especialmente a necessidade de comercializar máquinas e tecnologias obsoletas. Dessa forma, os países subdesenvolvidos incorporaram técnicas defasadas, reforçando as contradições do capitalismo e a dinâmica da dependência, conforme explicita Marini (1990).

Conclusão

Esta pesquisa interpretou a dinâmica da economia brasileira, destacando os fundamentos da dependência e os limites da industrialização periférica. A análise histórica revelou a contradição estrutural entre centros e periferias, que condicionou o Brasil à especialização primário-exportadora e à absorção de tecnologias ultrapassadas.

As teorias examinadas — da CEPAL à Escola da UNICAMP — destacaram a subordinação econômica da periferia e os obstáculos à industrialização autônoma. A Teoria Marxista da Dependência, em particular, demonstrou como as trocas desiguais e a superexploração do trabalho caracterizam essas economias.

O estudo limitou-se ao período de 1930 a 1961, deixando em aberto questões sobre a dinâmica econômica contemporânea. Sugere-se, para pesquisas futuras, ampliar a análise para o cenário atual, investigando não apenas os impactos sociais da dependência, mas também suas implicações políticas.

REFERÊNCIAS

- BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000.
- CARCANHOLO, Marcelo Dias. O atual resgate crítico da Teoria Marxista da Dependência. **Trabalho, Educação e Saúde**, v.11, n. 1, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/9TDwhqwZ4nkByxJpFp5VJ3L/?lang=pt>. Acesso em: 9 set. 2025.
- CARDOSO, André Bologna de Castro. Capitalismo tardio como interpretação para o desenvolvimento capitalista na periferia. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA, 7.; ENCONTRO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA, 9., 2018, Ribeirão Preto. **Anais [...]**. Ribeirão Preto: USP, 2018. Disponível em: [https://www.abphe.org.br/uploads/Encontro_2018/CARDOSO.%20CAPITALISMO%20TARDIO%20COMO%20INTERPRETA%C3%87%C3%83O%20PARA%20O%20DESENVOLVIMENTO%20CAPITALISTA%20NA%20PERIFERIA\(1\).pdf](https://www.abphe.org.br/uploads/Encontro_2018/CARDOSO.%20CAPITALISMO%20TARDIO%20COMO%20INTERPRETA%C3%87%C3%83O%20PARA%20O%20DESENVOLVIMENTO%20CAPITALISTA%20NA%20PERIFERIA(1).pdf). Acesso em: 9 set. 2025
- COUTO, Joaquim Miguel. O pensamento desenvolvimentista de Raúl Prebisch. **Economia e Sociedade**, v. 16, n. 1(29), p. 45-64, abr. 2007.
- CRUZ, César Albenes de Mendonça. Sobre as origens da Teoria Marxista da Dependência (TMD). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 16., 2018, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22302>. Acesso em: 9 set. 2025.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1959.
- MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. 10. ed. México: Era, 1990.
- MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- SAMPAIO Junior, Plínio Soares de Arruda. **Entre a nação e a barbárie**: os dilemas do capitalismo dependente em Caio Prado, Florestan Fernandes e Celso Furtado. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- SUZIGAN, Wilson. **Indústria brasileira**: origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- TAVARES, Maria da Conceição. Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil, 1964. In: BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2000. p.217-237.
- TAVARES, Maria da Conceição. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro**: ensaios sobre economia brasileira. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

CRedit Author Statement

- ☐ **Reconhecimentos:** A autora agradece ao Prof. Me. André Rodrigues Iusif Dainez pelas sugestões e comentários que contribuíram para o aprimoramento deste artigo.
 - ☐ **Financiamento:** Este trabalho não recebeu apoio financeiro específico de agências de fomento, do setor público, do setor comercial ou de organizações sem fins lucrativos.
 - ☐ **Conflitos de interesse:** A autora declara que não há conflitos de interesse, financeiros ou não financeiros, relacionados a este artigo.
 - ☐ **Aprovação ética:** Este artigo baseia-se exclusivamente em revisão bibliográfica e não envolve pesquisa com seres humanos ou animais, não sendo necessária aprovação por comitê de ética em pesquisa.
 - ☐ **Disponibilidade de dados e material:** Este estudo é fundamentado em fontes bibliográficas publicamente disponíveis, não tendo sido gerados ou analisados conjuntos de dados originais que demandem depósito ou compartilhamento adicional.
-